Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil

Reginaldo Cerqueira Sousa

Doutor em História

Instituto de Ciências Humanas (ICH)/Unifesspa

Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Nuade)

Considerações iniciais

A pandemia da Covid-19 expôs o limite de nossa vulnerabilidade. Não só a do nosso corpo, diante da ameaça mortífera de um vírus contra o qual o nosso organismo não possui imunidade, mas a vulnerabilidade no sentido global. Expôs de forma aguda a fragilidade de quem não tem acesso à saúde nem condições de pagar por ela. São consequências da exclusão imposta pelo capitalismo globalizado que, desde a segunda metade do século passado, criou formas de sujeição social, tendo o consumo como o horizonte de expectativas. Na era da globalização, a pandemia do coronavírus globalizou, também, a morte.

Como não se tem, ainda, a real dimensão dessa catástrofe, a preocupação dos investidores das bolsas de valores, nos centros financeiros do mundo, tem sido a de amenizar o impacto da pandemia nos lucros, mesmo que isso possa custar a vida de seres humanos. Para o setor financeiro, a morte parece ser só um efeito colateral do bom funcionamento da economia (SAFATLE, Vladimir, 2020). Por outro lado, a falta de solidariedade e a ausência de trabalho em conjunto dos governos amplificam o problema, enquanto a pobreza, em diferentes regiões do globo, e o colapso do sistema de saúde nos mostram, de acordo com o filósofo José Gil (2020), que "[...] algo errado infectou a história dos homens e não fomos capazes de construir uma vida viável para a espécie humana.".

No pronunciamento de certos governantes, e em declarações de empresários ligados à indústria e ao comércio, percebemos o discurso da "saúde da nação" deslizar para o discurso da "saúde da economia". Apropriam-se de metáforas médicas para fazer referência aos danos financeiros, como foi o caso de empresários brasileiros que compararam a economia a um paciente de um leito de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Sem qualquer constrangimento, dirigiram-se à sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para reclamar do prejuízo financeiro por conta das medidas de distanciamento social adotadas para

conter o avanço da Covid-19. São exemplos de como a economia e a vida estão em lados opostos dessa mesma balança.

No início da pandemia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o primeiroministro britânico, Boris Johnson, surpreenderam o mundo ao proporem a *imunidade de rebanho* como alternativa ao problema. A solução é semelhante ao darwinismo social do século XIX, quando o imperialismo europeu classificou os grupos humanos em raças para justificar o genocídio daqueles considerados culturalmente inferiores ou atrasados. Em relação à imunidade de rebanho, a lógica é a de que quanto maior for o número de infectados pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), mais pessoas serão resistentes a ele. O problema desse raciocínio é que o coronavírus é um agente infeccioso novo, e não se sabe quantos seriam infectados caso medidas não fossem tomadas pelos gestores públicos.

Na prática, significa que, para a economia continuar funcionando, seriam expostas ao risco de contágio pelo vírus as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica decorrente das condições precárias de vida às quais foram submetidas. A precariedade, nesse sentido, designa:

[...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicos mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas a danos, à violência e à morte. [...] é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas (BUTLER, Judith, 2018, p. 40–41).

Engana-se quem considera que a pandemia é um fenômeno exclusivo de ordem biológica. Ela também é política, na medida em que podemos ver seus efeitos potencializarem-se no colapso do sistema de saúde pública, defasado por anos de esvaziamento de investimentos e pelas políticas de austeridade impostas pelo neoliberalismo econômico (CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane, 2020). A quantidade de recursos destinados às pesquisas científicas que visam à saúde; a estrutura hospitalar disponibilizada com equipamentos adequados e profissionais de saúde capacitados para atender os pacientes com a Covid-19 e a forma de acesso das pessoas à infraestrutura de saúde passam por escolhas e decisões políticas. Para entender o problema, é só olhar as mortes pela

.

¹ Após ter adquirido a Covid-19 e recebido o tratamento no sistema público de saúde britânico, o primeiroministro, Boris Johnson, mudou o tom do discurso em relação à pandemia e passou a adotar medidas mais eficazes no seu combate no Reino Unido.

doença no Brasil e nos Estados Unidos. As populações negras e os mais pobres têm os maiores índices de mortalidade porque estão fora da infraestrutura de saúde. Sem um plano ou um sistema público de saúde que lhes garanta a possibilidade de sobrevivência, são os que mais sofrem as consequências da pandemia. Enquanto isso, suas mortes viram dados oficiais nas tabelas mortuárias dos governos, sem causar comoção na sociedade.

São vidas cujo valor não aparece efetivamente porque entende-se que a vida adquire valor significativo apenas nas condições em que a perda tem importância. Por isso, o luto como reação à perda de uma pessoa querida afirma o valor que em vida lhes atribuímos. De acordo com Butler, "[...] a possibilidade de ser enlutado é um pressuposto para toda vida que importa." (BUTLER, Judith, 2015, p. 32–33). Nesse sentido, a despersonalização da morte durante a pandemia — momento em que indivíduo e morte são considerados instâncias separadas e desprovidas da experiência que os qualifica — faz com que a sociedade entenda essas vidas como não passíveis de luto. Se vida e morte, nesse caso, não são atribuídas de valor ou não têm importância, então, a sociedade se sente desobrigada do luto público. Esse é um dos pontos que será abordado neste texto.

O outro aspecto tem a ver com as reações de grupos radicais contrários às medidas de distanciamento social e a sua insistência no afrouxamento dessas determinações, sob a alegação do desemprego em massa e dos danos causados à economia pelo fechamento de estabelecimentos comerciais. Penso que esses grupos não levam em consideração ou ignoram a vida de inúmeros brasileiros que, por condições sociais e econômicas adversas, estarão expostos aos riscos de contaminação pelo coronavírus. Se, para eles, essas vidas não têm relevância, as mortes também não causarão comoção.

A questão de fundo deste texto é: *o que fazer para que as vidas levadas pela pandemia possam ser reconhecidas?* Procurei pensá-la com base no diálogo com Sigmund Freud (2011a) e Judith Butler (2015; 2018; 2019) a partir de suas concepções de luto. Compartilho do entendimento de que o luto público é um ato político de força socialmente transformadora. Diante das mortes pela Covid-19, compreendo que "[...] uma forma puramente privada de luto é possível, mas não pode amenizar o grito que deseja que o mundo testemunhe a perda. E com perdas públicas dessa magnitude e a rápida sucessão delas, há questões políticas relacionadas à demanda de luto público." (JUDITH Butler..., 2020).

O intuito deste texto não foi outro senão o de colaborar na análise sobre a Covid-19 e seus impactos. O isolamento ao qual todos somos submetidos exige, para além dos cuidados

que asseguram a nossa sobrevivência, pensar a vida em todos os sentidos. Em tempos de pandemia, esse é o exercício mais importante que podemos fazer.

A pandemia além dos números, tabelas e gráficos

No Brasil, desde o anúncio oficial da primeira morte pela Covid-19, em 17 de março de 2020, vimos o coronavírus se espalhar rapidamente entre a população. No momento em que escrevo este texto, o Ministério da Saúde (MS) registra 13.149 mortes pela nova doença e contabiliza a triste marca de 188.974 casos de pessoas infectadas.² Com os leitos das UTIs operando no limite da sua capacidade, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas estão entre os estados com o maior número de vítimas. Pelo fato de ser um agente infeccioso novo e de a contaminação se dar de forma rápida, os dados sobre a doença mudam em passo acelerado, de um dia para o outro, em todo o País.

Os especialistas no assunto são categóricos ao afirmarem que o cenário seria mais calamitoso caso as autoridades públicas não tivessem adotado o distanciamento social como medida de contenção da expansão do vírus. Sem um medicamento para a cura da doença ou uma vacina para imunizar o corpo humano contra o coronavírus, o distanciamento social tem sido a alternativa mais eficaz no enfrentamento da pandemia. A medida é recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e é consenso entre autoridades sanitárias, médicas, infectologistas e governantes em todo o mundo.

Entretanto, a pandemia, no Brasil, indica dois problemas que, em geral, demonstram a realidade de um País em descompasso consigo mesmo: as revelações sobre as vítimas feitas pelo número de mortes por Covid-19 e as reações contrárias às medidas de distanciamento social de grupos mais radicais e, até mesmo, de empresários. Os dados da pandemia, disponibilizados pelo MS, ainda que objetivem informar sobre a doença e chamar a atenção da sociedade para a gravidade do problema, parecem não sensibilizar grande parte da população sobre essa que pode ser considerada uma das maiores crises sanitárias do Brasil.³

Os dados oficiais são importantes indicadores usados pelos gestores para planejar ações que visam à solução de problemas de interesse coletivo. Os dados da Covid-19 permitem elaborar projeções de gastos e articular políticas de enfrentamento da pandemia, como a criação e a ampliação do número de leitos nas UTIs e o aprimoramento da estrutura

³ Luiz Henrique Mandetta foi exonerado do cargo de Ministro da Saúde em 16/4/2020 e Nelson Luiz Sperle Teich assumiu a pasta. Antes de completar um mês, Teich pediu demissão do cargo.

² Dados de 13/5/2020. Atualizações no Painel Coronavírus do Governo Federal: https://covid.saude.gov.br/.

hospitalar com a implantação de hospitais de campanha. Outros instrumentos fornecem dados do distanciamento social. Se eles, por exemplo, apresentarem um índice abaixo do esperado pelas autoridades, isso significa que um número grande de pessoas circula pelas ruas das cidades, aumentando os riscos de contaminação. Com base nas informações, os gestores poderão adotar estratégias para evitar as aglomerações, pois sabem que a procura em massa por leitos, nos hospitais públicos, sobrecarregará o sistema de saúde, colapsando a infraestrutura hospitalar.

Uma vez que afetam a vida de pessoas, os dados e as informações precisam passar pelo rigor científico para ter credibilidade. Essa tarefa cabe às instituições de pesquisa, como as universidades públicas e a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), que têm feito pesquisas, estudos e diagnósticos relevantes sobre o coronavírus. Mas, quando o assunto é a não sensibilização diante dos números da pandemia, não se pode deixar de pensar na excessiva burocratização do sistema público de modo geral. O seu efeito, nesse caso, é a despersonalização da morte. Ela está ligada, entre outros fatores, ao ritual de anúncio; ou seja, na ordenação dos que podem transmitir as informações, a qual depende do lugar que esses ocupam na hierarquia do Ministério. Essa despersonalização tem a ver com o complexo número de gráficos, tabelas e termos técnicos — como "crescimento exponencial da curva epidêmica" — usados para a materialização das informações. Não se questiona, aqui, a necessidade das formalidades protocolares. No entanto, pode-se correr o risco de fazer da morte apenas um número expresso por gráficos e tabelas oficiais, cujo significado efetivo pode não ser levado em consideração pela população.

A morte, como o encerramento de um ciclo, é inerente a todo ser vivo. Entretanto, em condições epidêmicas ou de violência policial, por exemplo, ao entrar na máquina burocrática dos números, a morte é naturalizada e destituída de valor efetivo. Morte e vida entram, então, em processo de desumanização. Isso pode ser visto nos corpos empilhados, nos corredores dos hospitais, ao lado de doentes que agonizam à espera de socorro médico, e nas valas comuns abertas nos cemitérios para sepultar os mortos pela Covid-19, enquanto, a distância, os familiares lamentam a perda de seus entes queridos. É preciso lembrar que essas pessoas tinham nomes e rostos, histórias pessoais, famílias, passatempos favoritos, time de futebol preferido e lemas pelos quais viveram.

Existem, ainda, dados das mortes pela Covid-19 excluídos do sistema público de saúde, e adverte-se que o problema tem dimensões ainda maiores, de proporções inimagináveis. Refiro-me aos casos subnotificados, que podem ser indícios de vidas que

foram perdidas sem deixar rastros. Vidas cuja presença, no mundo, passou sem ser notada. Nada de novo para um Estado que, desde o seu surgimento, habituou-se a produzir desaparecimentos. Dos desparecidos pela ditadura civil-militar aos desaparecidos nas periferias por conta das operações policiais, são muitos os nomes; e seus respectivos corpos, um dia, quiçá, saberemos onde se encontram. A lógica segue na pandemia porque, conforme Jonnefer Barbosa (2020), "[...] os subnotificados da Covid-19 são os desaparecidos políticos de nosso tempo presente, pois produzir desaparecimento não é apenas aniquilar vidas humanas, mas gerir o apagamento dos seus rastros.".

A desigualdade social e os desafios na prevenção da Covid-19

A sensibilidade, imune à gravidade dos números de mortes pelo coronavírus; o medo de um inimigo invisível, contra o qual ainda não dispomos de defesa; a solidão, por estar apartado dos outros como estratégia de sobrevivência; a incomensurabilidade dos danos que a doença pode causar. Somos tocados por muitos afetos e expostos a incertezas com a pandemia, que pôs a nu outro problema conhecido, porém naturalizado pela sociedade. Refiro-me à situação de vulnerabilidade de uma grande parcela da população que ficou exposta de forma aguda na pandemia da Covid-19.

Judith Butler (2015) lembra-nos de que há um elemento comum que nos vincula uns aos outros: a precariedade da vida. De fato, somos dependentes das relações sociais e de uma infraestrutura que possa garantir que a vida seja plausível. Sem abrigo, alimento ou formas de sociabilidade e trabalho não há vida que seja garantida, do mesmo modo que não existe a possibilidade de afastar de nós o sofrimento e a mortalidade. Por isso, é impossível pensar uma vida que não seja precária. Para a filósofa norte-americana, "[...] as entidades políticas, incluindo as instituições econômicas e sociais, que são projetadas para abordar essas necessidades, sem as quais o risco de mortalidade é potencializado." (BUTLER, Judith, 2015, p. 46).

Por essa razão, a condição precária é politicamente induzida, fazendo com que certas populações sejam expostas a formas diferenciadas de vulnerabilidade, conforme a organização das suas redes de apoio social e econômico. Em um País onde as taxas de desigualdade social atingem índices estratosféricos e os poderes econômico e político se concentram nas mãos de pequenos grupos, a maximização da precariedade recai nas populações mais pobres, que ficam expostas à fome, à violência do Estado e ao sofrimento,

correndo maior risco de doenças. Isso porque os mais expostos à situação de vulnerabilidade são os mais desprovidos de proteção, e suas vidas não têm valor efetivo.

Essa é a condição de 46 milhões de brasileiros invisíveis aos olhos do Governo Federal. Essa população só foi percebida após ficar exposta, por horas, nas filas imensas das agências da Caixa Econômica Federal (CEF) para tentar receber o auxílio emergencial concedido pelo Governo para combater a pandemia. Segundo a CEF, 30 milhões de brasileiros já receberam o valor de 600 reais. Mas, há esse outro número grande de pessoas que não estão em nenhuma lista e que não se enquadram nos critérios do Governo para receber o dinheiro, porque o CPF encontra-se irregular, porque não possui conta em banco ou porque não tem acesso à internet para regularizar a situação, já que o cadastro, para quem necessita do recurso, é feito por meio de aplicativo disponibilizado pela CEF (AUXÍLIO emergencial..., 2020). A demora do Governo Federal em dar resposta para o problema acentuou o quadro de exclusão dessa população. São desempregados, autônomos ou trabalhadores informais que ficaram sem renda por causa da pandemia.

Agora, estamos em condições de entender que a desigualdade aumenta o desafio no enfrentamento da Civid-19 no Brasil. Segundo o trabalho publicado pela Fiocruz, nos locais onde as condições de saneamento e a estrutura domiciliar não são adequadas, o distanciamento social e as recomendações de higiene básica, como medidas para enfrentar o coronavírus, esbarram na realidade das periferias e dos pequenos municípios brasileiros. Ainda de acordo com a análise,

[...] as desigualdades sociais preocupam o Conselho Nacional de Saúde (CNS) no enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Uma das questões que chama atenção é a precariedade das moradias em algumas regiões. 'Temos populações que, nesse momento, para garantir o mínimo de isolamento domiciliar, estão com famílias inteiras — e, em alguns casos, com muita gente — restritas a um mesmo espaço, inclusive sem saber que alguma já pode estar infectada', aponta Moysés. Segundo ele, o acesso a saneamento básico, água encanada e esgoto domiciliar, em regiões de difícil acesso ou nas periferias, são fatores que dificultam o controle da epidemia. 'A isso se soma o fato de que a população negra geralmente é a mais afetada pela desigualdade, com menos condições socioeconômicas de enfrentamento a esse tipo de situação', completa (DESIGUALDADE social..., 2020).

Aqui se vê o abandono das favelas à própria sorte na pandemia. Para muitos de nós, a #ficaemcasa é uma medida protetiva; para quem vive nesses lugares, a recomendação adquire outro sentido porque sinaliza a desproporcionalidade da ação do Estado na proteção da população. Ao ser questionado por uma repórter de um telejornal sobre os riscos das aglomerações nas favelas, o líder de uma das ONGs do Rio de Janeiro foi enfático ao dizer

que ali as pessoas já estão acostumadas à convivência com a morte, e a morte brutal e violenta, pois lidam com ela todos os dias — referindo-se à violência policial. Afinal, a violência tem sido a presença mais efetiva do Estado nos locais mais pobres. Omisso em relação à aplicação de políticas públicas capazes de garantir os direitos fundamentais previstos na Constituição, o Estado forja uma guerra nas periferias do País — ao invés de combater o que, de fato, deveria ser enfrentado — para justificar os gastos públicos com a segurança e dizer que é atuante na sociedade.

É preciso oferecer à população serviços além da saúde, como acesso à água potável, moradia adequada, educação e saneamento básico. A solução para esses problemas envolve as instâncias municipal, estadual e federal. Isso seria viável se houvesse consenso dos governos e investimento público, sem os quais o enfrentamento da pandemia, ou de qualquer outra calamidade, não terá êxito no Brasil. A diminuição da desigualdade passa por ações, como taxar as grandes fortunas, proibir o socorro bilionário a bancos privados, suspender o pagamento da dívida pública, redistribuir de forma justa os *royalties* de mineração, petróleo e outros, cortar privilégios dos altos cargos da administração pública, dos parlamentares e dos poderes Executivo e Judiciário, e oferecer, aos pobres, a possibilidade de cuidarem de si e dos outros. Sem políticas sérias que apontem para essa direção, a desigualdade continuará sendo uma barreira intransponível.

A quarentena como desobediência civil

Na luta contra a pandemia, no Brasil, esperava-se da autoridade máxima da nação que a vida fosse posta em primeiro plano. Mas, não é o que se vê. Em plena ascensão da Covid-19, a sensação que se tem é a de abandono. Em uma situação de morte iminente, como essa, o esperado seria a nação se reencontrar na ação de um líder firme, por quem a energia do medo seria absorvida e transformada em apoio (GIL, José, 2020). No entanto, ao contrário dos líderes mundiais que estão conduzindo (apesar das dificuldades) seus países na crise sanitária, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, resolveu adotar a gestão do caos como estratégia política.

No dia 11 de março de 2020, o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, elevou o estado da contaminação à pandemia da Covid-19. Desde então, Jair Bolsonaro tem amenizado os impactos da doença e promovido uma cruzada contra o distanciamento social. Por meio da campanha "O Brasil não pode parar", apelou para o retorno das atividades econômicas e,

usando a retórica suicida de que o medo da pandemia deve ser maior do que o do desemprego. A falsa dicotomia entre distanciamento social e economia não se sustenta se compararmos os dados do IBGE sobre o desemprego no Brasil no primeiro trimestre de 2020 com os números do primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, em 2019.

Para se ter uma ideia, nos três primeiros meses de 2019, a taxa de desemprego era de 12,7%, atingindo 13,4 milhões de pessoas. Em 2020, o País encerrou março, mês em que foram adotadas medidas de distanciamento social, com o índice de 12,2%, somando 12,9 milhões de desempregados. Comparando a taxa do ano anterior com a dos três primeiros meses de 2020, não houve grandes oscilações no número de desempregados. O Governo Federal estima que a pandemia gerou 150 mil novos pedidos de seguro desemprego, número superior no mesmo trimestre de 2019. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 26 milhões de pessoas já deram entrada no seguro desemprego durante a pandemia.

O cenário que se desenha não é o dos melhores para a economia, porque a recessão será global. Todos os países, com maior ou menor intensidade, sentirão os impactos da pandemia da Covid-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima uma queda do PIB mundial de 3%, podendo ser ainda maior. As principais economias do mundo anunciaram uma diminuição do seu PIB nesses primeiros meses do ano. Terão redução da sua capacidade produtiva Estados Unidos (5,9%), China (6,8%), Japão (3,4%), França (5,8%), Espanha (5,2%), Reino Unido (13%) e Alemanha (6,3%). A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) divulgou um relatório prevendo uma queda de 5,3% do PIB da região. Países como o Brasil e a Argentina, por exemplo, terão uma redução de 5,2 e 6,5%, respectivamente. Isso exigirá dos países uma solidariedade em âmbito global para a superação da crise sanitária e de seus impactos, uma vez que essa situação deixou todos na mesma condição de vulnerabilidade.

Voltando ao Brasil, pode-se afirmar que a taxa de desemprego cresceu nesses últimos seis anos. Em 2014, quando foi registrado o menor índice desse período, a taxa foi de 6,8% e, em 2017, o índice chegou a 12,7%, sendo o maior até aquele momento. Em três anos, eram 6,5 milhões de brasileiros desempregados. O desemprego no Brasil tem sido resultado da política econômica desastrosa adotada pelos governos nesses últimos anos. Desde o golpe jurídico-parlamentar — que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016 — e a reforma trabalhista no governo Michel Temer, em 2017 — com o apoio do então deputado federal, Jair Bolsonaro — até a política econômica conduzida pelo atual Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, os índices de desemprego só aumentaram devido à flexibilização das leis trabalhistas,

ao desmonte do Ministério do Trabalho (MT), ao congelamento dos gastos públicos em áreas fundamentais e às políticas que privilegiam grandes empresas e bancos privados.

A situação agrava-se se observarmos os números de trabalhadores na informalidade. Segundo a Fiocruz, estima-se que, no País, existam mais de 38 milhões de brasileiros no trabalho informal. São homens e mulheres sem nenhum tipo de seguridade social ou proteção por parte do Governo. Ao invés de garantir a essas pessoas a segurança mínima nesses tempos de crise, como a manutenção dos postos de trabalho e acesso ao crédito por pequenos e médios empresários, o Governo Federal, na contramão de todos os países, edita medidas provisórias que estimulam o desemprego, reduzem salários e flexibilizam novas contratações. O momento exige políticas públicas capazes de amparar a população e cuidar dela; entretanto, Jair Bolsonaro se recusa a seguir as recomendações da OMS para o combate à pandemia e estimula uma guerra contra os governadores dos estados (os únicos que têm demonstrado liderança na condução da crise sanitária que aflige a população), boicotando as medidas adotas para a prevenção da doença.

Em sua insistência no fim do distanciamento social, Jair Bolsonaro promove uma sucessão de crises políticas. Desloca a atenção do combate à pandemia para a incompetência administrativa e política dos seus ministérios e secretarias. As declarações absurdas feitas em cadeia nacional e a desconfiança em relação à ciência não têm outro propósito senão o de estimular a catástrofe. Jair Bolsonaro precisa incitá-la para governar. Ele precisa proclamá-la para estimular seus seguidores. Por isso, ele incita as aglomerações e não é capaz de demonstrar um gesto de empatia aos familiares das milhares de vítimas da Covid-19.

A atitude do presidente Jair Bolsonaro encontra respaldo nos 15% de eleitores que compõem o "núcleo duro" dos seguidores dispostos a defendê-lo. Nas redes sociais, esse grupo é mobilizado no que ficou conhecido como o "Gabinete do Ódio". Essa porcentagem não o levaria ao segundo turno, em uma possível candidatura à reeleição, em 2022. Então, ele mobiliza a sociedade com as inverdades sobre a pandemia e com ataques às medidas de distanciamento social, e implanta a dúvida nas pessoas acerca da gravidade da doença, compartilhando, nas redes sociais, informações duvidosas sobre o coronavírus e estudos pseudocientíficos sobre medicamentos para o tratamento da Covid-19.

Para entender a adesão de indivíduos a figuras autoritárias, como Jair Bolsonaro, é impossível não recorrer a Sigmund Freud (2011b), em seu texto *Psicologia das massas e análise do eu*. Para Freud, o indivíduo, quando inserido em certos grupos (massa), está sujeito às condições que lhe permitem se livrar das repressões de seus impulsos instintivos

inconscientes. No grupo (massa), ele não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força. Ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Hoje, Freud certamente nos diria que a energia afetiva que move os apoiadores de Jair Bolsonaro é o seu instinto de destruição e o seu desejo de morte.

Por esse motivo, a violência é a face mais visível desse movimento, e é a única resposta dada a tudo o que é contrário às suas convições. Nesse grupo, em absoluto, não há espaço para o diálogo. A democracia lhe é estranha. Intolerantes a tudo o que lhes é diferente, e sob a batuta de seu líder, esses indivíduos da massa marcharam em carreatas de morte em algumas cidades brasileiras, afrontando a democracia, o STF e o Congresso Nacional, esnobando as recomendações médicas em relação ao distanciamento social e colocando em risco a saúde pública. E tudo isso quando todas as autoridades médicas, sanitárias e públicas trabalhavam para manter as pessoas em casa e evitar a expansão da Covid-19. Compartilho da reflexão de Vladimir Safatle ao dizer que Jair Bolsonaro encontrou uma catástrofe para chamar de sua:

O fascismo brasileiro e seu nome próprio, Bolsonaro, encontraram enfim uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia que exigiria da vontade soberana a sua paranoia social compulsivamente repetida que ela fosse submetida à ação coletiva e à solidariedade genérica tendo em vista a emergência de um corpo social que não deixasse ninguém na estrada em direção ao Hades. (SAFATLE, Vladimir, 2020).

É irônico pensar que, diante do isolamento que nos aparta dos outros — uma vez que são as pessoas, em assembleia e movidas pela ação coletiva, que imprimem a mudança na estrutura social — a quarentena seja, no momento, a nossa forma radical de desobediência à autoridade mortífera e ao seu desejo de consumir a vida.

Considerações sobre o luto público e os "Inumeráveis"

Este texto começou refletindo sobre a nossa vulnerabilidade na pandemia. Por dependermos das relações sociais e de condições que possam tornar a vida viável, não é possível existir vida que não seja precária, porque estamos expostos, pela materialidade do nosso corpo, às adversidades, ao sofrimento e à mortalidade. Dado que essa condição nos é inerente, constituímos, ao longo de nossa história, vínculos afetivos com os outros, em uma dependência mútua e de reciprocidade. Por isso, a perda causa um vazio no mundo e dentro de nós. Perda e vulnerabilidade derivam do fato de sermos corpos socialmente constituídos.

Tal constatação deveria nos fazer sensíveis à perda do outro, "[...] pois todos temos a noção do que é ter perdido alguém." (BUTLER, Judith, 2019, p. 40).

A pandemia nos impôs a convivência diária com a perda, e está deixando impactos gigantescos. Os mais explícitos são as mortes, o colapso do sistema de saúde e a crise econômica e psicológica. O número de mortos nos lembra da existência dos mais vulneráveis, como os idosos, diabéticos e hipertensos (A ESCUTA..., 2020), entre outros, cuja morte, na maioria das vezes, não tem causado comoção na sociedade. Um exemplo disso são as declarações de empresários que, em parte, têm minimizado as perdas humanas provocadas pela doença (CORONAVÍRUS empresários..., 2020). Em contraste com esse tipo de visão, é possível levar em consideração as mortes com a ideia de luto público. Para Judith Butler (2015, p. 66), "[...] o luto público está relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável possui um potencial político."

Para Sigmund Freud (2011a), o luto é uma reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como a pátria, a liberdade etc. No luto, o mundo se tornou mais pobre e vazio porque o objeto amado não se encontra mais nele. A privação do ser amado não é apenas a perda do objeto, mas também do lugar que o sobrevivente ocupava junto ao morto; ou seja, o lugar de filho, de amigo, de irmão. Por isso, o luto nos mostra como constituímos processos de identificação com o outro. Essa forma de identificação, que está na base do processo de formação de nossa identidade subjetiva, é o amor. Nós somos um mosaico de traços daqueles com os quais nos identificamos. Nesse sentido, a perda é dolorosa porque algo de nós também se perdeu com o morto.

Para que essa dor seja transformada, é necessário o que Freud chama de "trabalho de luto", ou um trabalho psíquico de perda. Uma tarefa lenta e dolorosa por meio da qual renunciamos ao objeto, dele nos desligando. Esse é o processo de ressignificação da dor. Significa dizer que algo da pessoa que se foi permanece gravado em nós e o fato de permanecermos vivos, de continuarmos a vida é uma maneira de afirmar que também algo do ser amado que perdemos, de alguma maneira, será mantido em nós.

A pandemia, entretanto, subverteu os rituais que ajudavam a lidar com a perda. A morte pela Covid-19 é desamparada. O luto torna-se mais trágico porque ocorre a supressão dos rituais que trariam alento às pessoas. Precisamos de todas as cerimônias fúnebres para acreditar que uma pessoa realmente não existe mais naquele corpo que vamos enterrar. O velório e o enterro, com a presença dos amigos e familiares, ajudam a passar por esse momento de dor. Com a pandemia, os mortos são enterrados com rapidez em caixões

fechados. Inclusive, em algumas cidades foram abertas valas nos cemitérios para sepultamentos em massa. Isso faz com que a dor dessas famílias seja infindável. Para Maria Rita Kehl, essa dor se assemelha à dos familiares dos mortos e desaparecidos pela ditadura civil-militar que, impedidos de enterrar seus mortos, ainda hoje vivem um luto infindável (TALVEZ seja..., 2020).

Para que deixem de ser apenas estatísticas, as mortes pela Covid-19 precisam ser consideradas merecedoras de luto público, no sentido de que a sociedade pode demonstrar horror por essa perda de vidas humanas e pelas circunstâncias dessas perdas. O luto, assim concebido, fornece um senso de comunidade de ordem política por meio do qual temos a compreensão da responsabilidade ética na relação com os outros (BUTLER, Judith, 2019, p. 43). O luto público nos mostra que é possível recorrer a um "nós", pois "[...] aprender a enlutar-se pelas mortes em massa significa marcar a perda de alguém cujo nome você não sabe, cuja língua você talvez não fale, que vive a uma distância intransponível de onde você mora." (BUTLER Judith..., 2020).

Um primeiro passo para evitar que a morte seja despersonalizada é dar espaço para que a dor seja comunicada. É criar mecanismos para que ela possa ser ressignificada e reafirme a crença em uma vida possível. Com o propósito de reverter a lógica fria pela qual a pandemia está sendo tratada, um grupo de jornalistas voluntários criou um canal para que as pessoas relatem suas experiências de perda e as mortes saiam das estatísticas. Assim, aqueles que leem os relatos podem enxergar uma história nos números. Com esse objetivo, os jornalistas Edson Pavoni, Rogério Oliveira, Alana Rizzo, entre outros, criaram, em 30 de abril de 2020, o site *Inumeráveis: memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil.* Organizado por ordem alfabética, os nomes e as histórias das vítimas da Covid-19 são relatados por familiares ou amigos.

O nome "Inumeráveis" pode, ainda, remeter à ideia de número ou de quantidade infinita. Entendo essa denominação no sentido de vidas qualificadas, cuja história não passou sem ser percebida. Se levarmos em conta essa reflexão, nossa energia afetiva se oporá, veementemente, contra toda e qualquer autoridade mortífera.

Encaminho-me para o fim desta reflexão, mais uma vez, com as palavras de Judith Butler, para quem "[...] enlutar e transformar o luto em recurso para a política não é resignarse à inação, mas pode ser entendido como o processo lento pelo qual desenvolvemos um ponto de identificação com o próprio sofrimento." (2019, p. 51).

⁴ Conferir:<https://inumeraveis.com.br/>

Referências

A ESCUTA do sofrimento psíquico na Pandemia da Covid-19. *Jornal Opção*. 27 mar. 2020. Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/a-escuta-do-sofrimento-psiquico-na-pandemia-da-covid-19-244260/. Acesso em: 10 mai. 2020.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Trad. Priscila Vianna de Siqueira. São Paulo: Ediouro Publicações, 2001.

AUXÍLIO emergencial de R\$ 600 revela 46 milhões de brasileiros invisíveis aos olhos do governo. *Fantástico*. 26 abr. 2020. Disponível em:

https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml. Acesso em: 12 mai. 2020.

BARBOSA, Jonnefer. Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado. In: *A pandemia crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: https://n-1edicoes.org/024. Acesso em: 5 mai. 2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo:* a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad. Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas:* notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

, Judith. <i>Quadros de guerra:</i> quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e
Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

______, Judith. *Vida precária:* os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane. Pandemia, paranoia e política. In: *A pandemia crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: https://n-1edicoes.org/054. Acesso em: 5 mai. 2020.

CORONAVÍRUS mata mais negros em Estados dos EUA, indicam dados preliminares. *Notícias Uol.* 8 abr. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/reuters/2020/04/08/coronavirus-mata-mais-negros-em-estados-dos-eua-indicam-dados-preliminares.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 12 mai. 2020.

CORONAVÍRUS. Bolsonaro, Guedes e empresários vão ao STF pelo fim do isolamento contra o coronavírus. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 7 de mai. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/bolsonaro-guedes-e-empresarios-vao-ao-stf-para-pressionar-pelo-fim-do-isolamento-contra-coronavirus.shtml. Acesso em: 11 mai. 2020.

CORONAVÍRUS: Empresários minimizam pandemia e são criticados na internet. Correio Brasiliense. 23 mar. 2020. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/24/interna-brasil,836326/coronavirus-empresarios-minimizam-pandemia-e-sao-criticados-internet.shtml. Acesso em: 10 mai. 2020.

DESIGUALDADE social e econômica em tempos de Covid-19. *Fundação Osvaldo Cruz*. Rio de Janeiro. 13 mai. 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19. Acesso em: 13 mai. 2020.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011a.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920–1923)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

GIL, José. O medo. In: *A pandemia crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: https://n-1edicoes.org/001. Acesso em: 5 mai. 2020.

JUDITH Butler. O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades. *Carta Maior:* o portal da esquerda. 4 mai. 2020. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390. Acesso em: 11 mai. 2020.

MEDICINA. Coronavírus: quase todo mundo tem que pegar para a pandemia passar? *Saúde*. 25 mar. 2020. Disponível em: https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/coronavirus-quase-todo-mundo-tem-que-pegar-para-a-pandemia-passar/. Acesso em: 10 abr. 2020.

NAS valas comuns de Manaus, o luto vai além da pandemia. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 12 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/nas-valas-comuns-de-manaus-o-luto-vai-alem-da-pandemia.shtml. Acesso em: 30 mar. 2020.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. In: *A pandemia crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: https://n-1edicoes.org/004. Acesso em: 5 mai. 2020.

TALVEZ seja infindável o luto dos familiares, diz Maria Rita Kehl. *Época*. 19 abr. 2020. Disponível em: https://epoca.globo.com/talvez-seja-infindavel-luto-dos-familiares-diz-maria-rita-kehl-1-24382274. Acesso em: 5 mai. 2020.

UMA homenagem do Globo às mais de 10 mil vidas perdidas na pandemia de coronavírus. *O Globo*. 11 mai. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/meu-oglobo/uma-homenagem-do-globo-as-mais-de-10-mil-vidas-perdidas-na-pandemia-de-coronavirus-24421331. Acesso em: 12 mai. 2020.